

REUNIÃO DE CONJUNTURA

06/11/2017

Conjuntura Local

Entrevista Gustavo Franco (29/10/17).....	1
Equilíbrio Macroeconômico com Juros Reais Baixos é Possível (Samuel Pessôa– 29/10/2017).....	3
O Copom de Itararé (Nelson Barbosa– 27/10/2017).....	4
A recessão acabou: e daí? (Alexandre Schwartzman- 01/11/2017).....	5
A mediocridade do Crescimento de 95 a 2016 (Delfim Netto–31/10/2017).....	6
Sarney or not Sarney (Fernando Limongi– 30/10/2017).....	7
O Brasil Potencial (Monica de Bolle– 01/11/2017).....	9

Entrevista Gustavo Franco (29/10/17)

Gustavo Franco é ex-presidente do Banco Central e Sócio da Rio Bravo Investimentos

* * *

Folha - O sr. escreveu uma carta a para explicar a desfiliação, mas é impossível não perguntar: por que deixou o PSDB?

Gustavo Franco - As razões estavam todas ali, bem explicadas. No detalhe, há uma questão antiga de como o partido de denominação social-democrata se torna mais contemporâneo.

O que seria isso?

Mais em sintonia com os temas de uma economia de mercado que o Brasil precisa se tornar. O PSDB sempre praticou isso quando foi governo federal, embora tivesse um certo incômodo com essa prática e um discurso um tanto ambíguo. É uma questão antiga.

Ficou mais desconfortável depois da Presidência do Fernando Henrique, quando sucessores dele no partido, os candidatos [José] Serra [senador], Geraldo [Alckmin, governador de SP] e mesmo o Aécio, não tinham a mesma capacidade que Fernando Henrique de, vamos dizer, ter uma prática diferente da herança social-democrática da geração 1988, que marcava muito a origem do PSDB.

Isso criava desconforto para mim e muitos outros economistas do partido, mas era muito mais teórico do que real, sobretudo se o partido está fora do governo. Mas depois apareceu a questão específica do Aécio e sobre como o partido deveria se comportar diante de uma dúvida ética.

A questão do Aécio pesou?

Sim. Como gesto político, podia ter se afastado para montar a sua defesa. Mas ficar presidente do partido com todas essas dúvidas, para dizer o mínimo, é difícil. Aí houve uma questão imediata: era para fazer o que, no passado, cobramos do PT.

O sr. falou com Aécio depois?

Não o encontrei e não falei com ele. Eu e outros no partido também não estávamos satisfeitos com o apoio irrestrito do PSDB a Temer. Preferíamos que o partido assumisse uma posição de independência: apoiasse as agendas econômicas, itens que o PSDB tinha sintonia, mas o resto, não.

Por que não ficar na base de apoio se a agenda é igual?

E por que não permanecer independente e apoiar apenas as agendas econômicas? Não sei se as agendas políticas fazem sentido. Minha posição é que não. Mas eu sou apenas um professor universitário. Como filiado de muitos anos, mandei minha carta, com meus pensamentos. Não aconteceu nada. Procurei outro partido, onde estou muito confortável e muito feliz.

Qual o problema da agenda política do governo?

Há um assunto central para mim e para o Novo que é o da ética na política, que tem na Lava Jato um de seus mais importantes impulsos. Não vejo no governo Temer a ética que gostaria de ver praticada.

Qual, então, é a sua avaliação para o fato de Temer ter saído ileso nas duas denúncias?

Tudo é lamentável nesses episódios, dos quais todos os envolvidos saíram menores.

Por que o Partido Novo?

Para começar, porque ele está numa posição privilegiada no processo de renovação político-partidário.

Dois, porque tem a mais a cara de uma organização da sociedade civil, como tantas que estão arregimentando gente desiludida com a política tradicional.

Três, porque sua tática é fazer diferente do que fazem os partidos tradicionais, inclusive na coisa mais importante para muitos deles que é o fundo partidário.

Quatro, porque, do ângulo doutrinário, tem muita afinidade com o que eu penso: que a economia de mercado é um princípio organizador básico da política econômica e da economia brasileira. São quatro boas razões.

O que seria "posição privilegiada"?

É uma posição de destaque na renovação política. O quadro de filiados é formado por gente amadora, que nunca teve inserção política. Portanto, está livre dos vícios que tomaram o sistema político brasileiro como uma epidemia de cupim. São brasileiros comuns, profissionais liberais de todas as origens.

O Novo tem sido chamado de "queridinho do mercado financeiro". Ele realmente tem arregimentado essa parcela?

Se você for à França perguntar o que gente do mercado financeiro pensa sobre o [presidente Emmanuel] Macron, vai chegar à conclusão de que ele é o queridinho do mercado. Na Argentina, vai ser o mesmo com o [Mauricio] Macri. Aqui é parecido. Essa associação é trazida com o intuito de denegrir, mas é um fato da vida.

O mercado financeiro traz o pensamento médio de quem tem dinheiro e quer que o país cresça, prospere. As pessoas que estão interessadas na prosperidade do Brasil gostam do conceito trazido pelo Partido Novo. É dessa forma que se deve entender a preferência.

Os críticos ao Novo argumentam que ele é pequeno, jovem e, sobretudo, idealista nas propostas para a economia e para a política. Como o sr. avalia essa leitura?

Vejo com absoluto encanto o fato de podermos, em muitos assuntos, na política, começar do zero. As velhas raposas políticas dizem: agora vocês precisam colocar as mãos na lama. A resposta é: não. É para fazer a coisa certa. Se não der para fazer o certo, poderemos perder eleições. A disputa eleitoral parece cheia de lamaçais, dizem as raposas. Pois bem, acho que a ideia do partido é enfrentar esses problemas.

E qual seria a sua agenda reformista neste momento?

Tem diversas frentes. Duas são da maior importância e urgência. Uma agenda é a da sustentabilidade fiscal do Estado. Temos de reformar as instituições públicas para que seus gastos caibam na receita.

A segunda, de abertura e competitividade. O Brasil permanece a economia mais fechada do mundo, a despeito de ter dentro de casa todas as empresas multinacionais importantes do planeta, operando constrangidas, para atender a satisfação do mercado interno, com alto conteúdo nacional e isoladas das cadeias internacionais de valor que criaram a globalização.

Essas duas agendas se conectam. Exatamente no meio está o Estado empresário, que funciona mal, está superdimensionado. Tem muita empresa estatal. Muitas poderiam virar de capital aberto, sem controlador. Outras poderiam simplesmente fechar.

Mas, basicamente, não são as propostas do atual governo?

Elas se parecem. As diferenças estão nos detalhes, na execução. O desejo de ir mais fundo vai ser o diferencial. O Novo pretende apresentar propostas radicais. Esse governo, em nível de retórica, sim, trouxe temas até impressionantes, como a privatização da Eletrobras. E é revelador que um governo do PMDB, que nunca teve afinidade com esse tipo de temática, agora apresente essas coisas com um jeito

oportunista muito evidente. É porque os ventos sopram nessa direção. Querem apelar ao público que não é o do PMDB.

É claro que, para quem defende essa agenda, pouco importa que o PMDB esteja fazendo certo pelas questões erradas. O que ocorre hoje é que as pessoas, diferentemente do passado, estão dispostas a, ao menos, ouvir ideias novas: fim da estabilidade do funcionalismo, privatização da Petrobras... A população agora está disposta a ideias mais radicais, disruptivas, para usar uma palavra da moda.

E, dentro dessa tendência disruptiva, o sr. pretende se candidatar na próxima eleição?

Não. Tanto que fui para um cargo de direção e, pelas normas do partido, quem está nesses cargos está impedido de concorrer.

Fonte: Folha de São Paulo

Equilíbrio Macroeconômico com Juros Reais Baixos é Possível (Samuel Pessôa– 29/10/2017)

É físico com doutorado em economia, ambos pela USP, sócio da consultoria Reliance e pesquisador associado do Ibre-FGV.

O Banco Central, na quarta (26), decidiu reduzir a taxa básica de juros, a Selic, de 8,25% ao ano para 7,50%. Corte de 0,75 ponto percentual.

Adicionalmente, o comunicado do Copom (Comitê de Política Monetária), órgão colegiado formado pelos diretores do Banco Central e comandado pelo seu presidente, afirmou que, "para a próxima reunião, caso o cenário básico evolua conforme esperado, e em razão do estágio do ciclo de flexibilização, o comitê vê, neste momento, como adequada uma redução moderada na magnitude de flexibilização monetária".

Ou seja, na próxima reunião, em 36 dias, se tudo ocorrer conforme as simulações dos modelos do BC —que são os mesmos modelos que todos usamos—, a taxa básica irá diminuir 0,50 ponto percentual, para 7% ao ano. É possível que um corte adicional ocorra no início de 2018.

Em janeiro, é provável que as expectativas de inflação para 2018 sejam de aproximadamente 3,5%, sinalizando que o juro real básico percebido pelas pessoas será de 3,14%. Dado que as simulações do BC sugerem que a taxa neutra de juros (aquela que mantém a inflação estável) é de aproximadamente 4,2%, haverá em 2018 estímulo monetário de pouco mais de um ponto percentual.

O estímulo monetário deve produzir um lento processo de reinflação da economia até a meta em 2020, de 4%. Qual deve ser o desenho da política monetária ao longo do ciclo de reinflação? Com o que podemos enxergar hoje, isto é, com os cenários para a recuperação da atividade econômica e para a queda da taxa de desemprego, sabemos que a ociosidade da economia deve desaparecer em meados de 2020.

Se a ociosidade desaparecerá em meados de 2020 e dado que há uma defasagem de uns três trimestres entre a política monetária e seus efeitos sobre a inflação, o BC tem que praticar juro neutro no início do quarto trimestre de 2019.

A meta de inflação em 2020 será de 4%. O juro real neutro deve ser algo por volta de 4%. Assim, no início do quarto trimestre de 2019, a taxa Selic terá que estar em torno de 8,25%. Dessa forma, ao longo dos três primeiros trimestres de 2019, a taxa Selic elevar-se-á de 7,0% (ou até um pouco menos) até aproximadamente 8,25%: ao menos cinco elevações de 0,25 ponto percentual.

Há inúmeras incertezas nesse desenho de política monetária. Não é possível saber quais serão os choques climáticos ou hídricos que atingirão a economia. Pode haver choques políticos sobre as expectativas inflacionárias, uma reversão inesperada do cenário global, entre tantas outras fontes de choques.

Além dos choques, quando olhamos os fatores estruturais, não está nada claro que a taxa neutra seja de fato 4%. Até bem pouco tempo atrás as melhores estimativas sugeriam taxa neutra na casa de 5,5%.

É possível que a ociosidade da economia feche antes do que pensamos. Esse será o caso se a destruição de capital promovida pela Nova Matriz tiver sido maior do que se julga.

Também não está claro se até lá o Congresso Nacional conseguirá aprovar as reformas que permitirão que a política fiscal deixe de ser expansionista, como tem sido na média nos últimos 25 anos, e passe a ser pelo menos neutra. Será necessário aprovar uma fortíssima reforma da Previdência e outras reformas que permitam que o gasto público não cresça sistematicamente além do crescimento da economia.

Ou seja, a construção de um equilíbrio macroeconômico com taxas de juros reais baixas é perfeitamente possível, apesar de politicamente difícil. Os juros não são elevados devido a uma conspiração da Faria Lima com o Leblon.

Fonte: Folha de São Paulo

O Copom de Itararé (Nelson Barbosa– 27/10/2017)

Doutor em economia pela New School for Social Research, foi ministro da Fazenda e do Planejamento (governo Dilma).

* * *

O Copom reduziu a Selic para 7,5% na quarta-feira (25). A decisão frustrou quem esperava alguma ousadia de nosso Banco Central (de onde menos se espera... daí que não sai nada mesmo).

Agora a expectativa é de novo corte em novembro, para 7%, e depois estabilidade em torno de tal valor, pelo menos até meados de 2018.

É possível a Selic mergulhar bem abaixo de 7%? Sim, é possível, desde que o atual Copom faça uma coisa que ele nunca fez até agora: arriscar errar na dose para menos. Explico.

A taxa básica de juro real compatível com a estabilidade da inflação —que nós, economistas, chamamos de taxa de juro natural— é uma variável não observável que muda ao longo do tempo.

O Copom fixa a Selic com base em estimativas da taxa de juro natural. É normal que ocorram erros nesse processo, para mais e para menos, à medida que o BC ajusta suas ações com base nas expectativas de inflação e atividade econômica.

Quando a taxa básica de juro cai muito abaixo do seu nível natural, a inflação sobe e o BC revê suas decisões. Foi isso que aconteceu em 2013-15, quando o BC elevou a Selic de 7,25% para 14,25% (sim, Tombini corrigiu seu erro inicial com um ajuste maior para cima).

Análises recentes indicam que a redução dos juros foi correta na passagem de 2011-12. A Selic caiu quando tinha que cair. O problema foi que ela demorou a subir quando isso foi necessário.

Agora vivemos a situação oposta, pois a Selic demorou a cair quando isso foi necessário. Nos últimos 12 meses, a inflação diminuiu rapidamente (ainda bem), puxada pela forte desaceleração dos preços dos alimentos (ufa) e pelo movimento global de apreciação de moedas de países emergentes (até quando ninguém sabe).

Como o Copom demorou a ajustar suas ações à queda da inflação, o correto seria compensar tal erro com uma redução maior da Selic nos próximos meses (sim, Ilan deveria corrigir seu erro inicial com um ajuste maior para baixo).

O empecilho a essa correção é a diferença no tratamento político dado a cada tipo de erro de política monetária no Brasil.

Quando o BC erra os juros para menos, a inflação sobe, o rendimento real de aplicações cai e o real se deprecia. Tudo isso é altamente impopular, sobretudo no mercado financeiro.

Já quando o BC erra a Selic para mais, a inflação cai, os juros reais efetivos pagos por títulos públicos sobem e o real se aprecia. Mesmo sabendo que esse erro é insustentável, o mercado financeiro aplaude e agradece.

Um Copom muito influenciável pelo mercado financeiro tende, portanto, a hesitar na redução da taxa básica de juros mesmo quando isso é necessário. Foi isso que ocorreu no Brasil desde a mudança de governo, mas felizmente esse lapso tem solução.

Há razões técnicas para a Selic cair bem abaixo de 7% nos próximos meses.

A inflação corrente está abaixo do piso da meta, a inflação esperada está abaixo do centro da meta, a taxa de desemprego é elevada, há grande capacidade ociosa na maioria dos setores, o saldo em conta-corrente está quase equilibrado e, do lado fiscal, uma taxa de juro menor ajuda (mas não resolve) o reequilíbrio das contas públicas.

Nessas condições, chegou a hora de o BC quebrar a espinha dorsal do juro alto no Brasil. O passado recente não dá muita esperança nesse sentido, mas ainda assim espero que o Copom deixe de seguir a máxima do Barão de Itararé.

Fonte: Folha de São Paulo

A recessão acabou: e daí? (Alexandre Schwartzman- 01/11/2017)

Ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, é doutor em economia pela Universidade da Califórnia.

* * *

Na semana passada, o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos anunciou que a recessão iniciada no segundo trimestre de 2014 se encerrou no quarto trimestre de 2016 (11 trimestres), não só a mais longa desde 1980 (empatada com a observada entre 1989 e 1992), como também a associada à maior queda de produto, 8,6%, um pouco pior do que a registrada durante a crise da dívida, de 1981 a 1983.

Isso significa que a economia, que vinha em processo de encolhimento a partir de meados de 2014, interrompeu sua queda e voltou a crescer moderadamente, uma boa notícia, mas que precisa ser qualificada.

Assim como inflação mais baixa denota preços subindo mais vagarosamente (e não preços em queda; fenômeno que chamamos de deflação), o fim da recessão não equivale a dizer que a economia está pujante; apenas que parou de piorar.

Dados do segundo trimestre deste ano, já com alguma melhora, dão uma ideia de quanto ainda falta para a recuperação: o PIB ainda se encontra 7,5% (R\$ 132 bilhões) abaixo do observado no primeiro trimestre de 2014, enquanto a demanda doméstica (consumo das famílias, investimento e consumo do governo) caiu quase 11% (R\$ 197 bilhões) no período, valor apenas parcialmente compensado pelo aumento do superávit nas transações com o resto do mundo.

Já o desemprego, ajustado à sazonalidade, se encontrava em 12,8% no segundo trimestre de 2017, contra 6,7% no primeiro trimestre de 2014, associado à perda de quase 1,6 milhões de postos de trabalho neste intervalo, lembrando que ao longo do período a População em Idade Ativa aumentou em 7,3 milhões de pessoas, enquanto a População Economicamente Ativa cresceu 5,4 milhões.

Considerando que o crescimento potencial do país seja algo da ordem de 2,2% aa, conforme mencionamos em coluna recente, seriam necessários quase 9 anos de expansão a 3,5% aa para que voltássemos ao nível de produto potencial do país, ou pouco menos de 7 anos, caso nosso crescimento médio retomasse o ritmo de 4% aa observado durante o longo ciclo positivo de preços de commodities, entre 2004 e 2011. Pela ótica do desemprego, mesmo sob os ritmos de expansão acima considerados, precisaríamos de 6 a 8 anos para retomar os níveis vigentes antes da recessão.

Resumindo, muito embora a recessão tenha ficado para trás, a "sensação térmica" da economia ainda se encontra distante daquilo que deixaria famílias e

empresas em condição mais confortável. E, mesmo com a provável aceleração do ritmo de crescimento no final deste ano e ao longo do ano que vem, será difícil superar tal sensação.

A verdade é que o estrago da Nova Matriz, pobre órfã, foi muito profundo. Parte do dano foi reparada, em particular do lado regulatório, onde houve boas iniciativas (a transição para a TLP, a gestão da Petrobras, retomada dos leilões para exploração de petróleo, para citar apenas algumas), mas há consequências muito mais duradouras do lado fiscal, cuja reversão tem se mostrado extraordinariamente difícil, sugerindo se tratar de tarefa que alcança bem mais do que um mandato presidencial.

Tendo obtido sucesso moderado ao estancar a recessão, precisamos agora melhorar a sensação térmica, limpando de vez o legado desastroso da Nova Matriz e, principalmente, ignorando conselhos dos pais (ausentes) deste desastre

Fonte: Folha de São Paulo

A mediocridade do Crescimento de 95 a 2016 (Delfim Netto–31/10/2017)

Antonio Delfim Netto é economista e professor. Formou-se, em 1951, pela Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo (USP). Foi secretário de Finanças de São Paulo, ministro da Fazenda, ministro da Agricultura, ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e embaixador do Brasil na França. Participou da elaboração da Constituição de 1988. É professor-emérito da FEA e sua área de especialidade é economia brasileira.

* * *

Os números preliminares do Comitê de Datação dos Ciclos Econômicos (Codace) da Fundação Getúlio Vargas, sugerem que a grande recessão que vivemos teve início no segundo trimestre de 2014 e terminou no quarto trimestre de 2016. Durou 11 trimestres. Produziu uma queda acumulada do PIB da ordem de 9%. Tratou-se de um ciclo absolutamente autóctone, produzido por uma política econômica voluntarista a partir de 2012, como se vê na tabela 1 abaixo.

Como é evidente, a comparação do comportamento de uma economia tem que ser referenciada à conjuntura real da economia mundial em que ela esteve inserida. No período registramos uma taxa de crescimento 15 vezes menor do que a de nossos companheiros (emergentes + em desenvolvimento) e 5 vezes menor do que as economias avançadas. Mais trágica foi a "variabilidade": 61 vezes maior do que a dos emergentes e 40 vezes maior do que as economias avançadas.

Crescimento e volatilidade do PIB

Tabela 1

Entre 2011 e 2016	Brasil	Emergentes	Desenvolvidos
Crescimento (%)	0,340	5,03	1,70
Desvio-padrão	3,32	0,02	0,41
Coefficiente variação	98	0,16	0,24

Tabela 2

Entre 1995 e 2002	Brasil	Emergentes	Desenvolvidos
Crescimento (%)	2,46	4,17	2,90
Desvio-padrão	1,62	1,00	0,89
Coefficiente variação	0,66	0,26	0,30

Tabela 3

Se chamarmos o retrato de caótico não estaremos exagerando. O que surpreende é assistir ao espetáculo da oposição no Congresso. Cega pela paixão ideológica, recusa a aritmética em favor da "lógica do grito" e atribui tal tragédia à administração de Temer. Ela deixará sua marca registrada no resultado da mais pobre e irresponsável CPI já feita no Congresso, onde se "provou" que a Previdência é "superavitária"!

Como se saíram os governos FHC e Lula na mesma perspectiva? Começamos pela administração de FHC, de 1995 a 2002. A tabela abaixo, a revela. Vê-se que a coisa não foi muito melhor do estrito ponto de vista do crescimento, que é o que interessa no longo prazo, porque é a condição necessária (ainda que não suficiente), para aumentar a inclusão social. Nosso crescimento foi cerca de metade dos emergentes e sua volatilidade 2,5 maior. É preciso alguma boa vontade para ver nisso uma grande virtude. Noutras dimensões (na inflação e numa certa ordem fiscal) há o que dizer sobre ela.

A administração Lula (2003-2010) está retratada na tabela 3 abaixo. Vê-se que, em matéria de crescimento econômico, a situação efetivamente melhorou. É certo que Lula se beneficiou: 1) da organização produzida por FHC (até a saída do ministro Palocci a política econômica foi a mesma); e 2) da rápida melhoria das relações de troca que ele soube aplicar em medidas de inclusão social. Quando comparado com a evolução das outras economias o resultado empalidece.

No governo Lula, o Brasil cresceu a uma taxa anual 70% maior do que no governo FHC, mas, se comparada com o crescimento dos emergentes, a situação se inverte: crescemos 40% a menos com mais que o dobro da variabilidade! Isso continua a garantir-lhe uma sólida aprovação por parte do eleitorado que recebeu os benefícios. Não há nada de surpreendente nisso, uma vez que o eleitor não percebe que nas mesmas circunstâncias uma política econômica mais adequada talvez pudesse ter melhorado muito mais a sua situação.

O quadro geral dos últimos 20 anos é desolador. O Plano Real e a melhoria institucional promovida por FHC foram bem-sucedidos no controle da inflação, mas a taxa de crescimento do PIB (que no longo prazo é o que importa à sociedade) ficou muito aquém da dos outros emergentes, como se vê no quadro 4 abaixo. Crescemos a uma taxa 50% menor do que os outros emergentes, com uma volatilidade 3,5 vezes maior! No período, o Brasil cresceu apenas 46% do crescimento dos emergentes.

Dois décadas de resultados tão medíocres estão a exigir uma profunda reflexão sobre as políticas econômica e social e sugerem a formulação de um sério projeto do que queremos ser em 2040. Se não acertarmos na eleição de 2018, talvez nunca mais nos livremos da armadilha em que fomos metidos.

Fonte: Valor Econômico

Sarney or not Sarney (Fernando Limongi– 30/10/2017)

Fernando Limongi possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1982), mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1988) e doutorado em Ciência Política - University of Chicago (1993). Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo, pesquisador sênior do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, coordenador do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (Neci). Foi professor visitante em Yale (2009/2010). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Instituições Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, legislativo, regimes políticos, desenvolvimento e executivo. É autor de "Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional" (Editora FGV 1999, Prêmio CNPq-Anpocs de melhor obra em ciências sociais do ano) e de "Política Orçamentária no Presidencialismo de Coalizão" (Editora FGV 2008) ambos em coautoria com Argelina Figueiredo. Publicou também "Democracy and Development" (Cambridge University Press, 2000, Prêmio Woodrow Wilson, Best Book of the Year, American Political Science Association)

Temer obteve 251 Votos e evitou ser processado pelo STF. Como Sarney na Constituinte, ganhou mais um ano de governo. Seu predecessor lutou para estender sua estadia no Planalto, mas pouco fez do período conquistado.

Dado o número de votos com que contou (menos da metade mais um), não faltaram análises comparando Temer a Sarney. O apoio ao governo teria sido suficiente para escapar do processo, mas não para aprovar reformas, como a da previdência.

Rodrigo Maia, tão logo deixou a presidência da sessão, chamou para si os louros da vitória e indicou que Temer não está fadado a repetir Sarney. Tudo depende da estratégia que o governo vier a adotar.

Temer não se salvou apenas com sua tropa de choque

Contudo, há que se considerar que Temer não foi salvo apenas por 251 parlamentares. A primeira e decisiva batalha travada na quarta-feira foi a que deu quórum para abrir a sessão. Aí o presidente mostrou que conta com mais do que isso, conta com 342 votos. O que Temer fará com o ano que lhe resta de mandato depende da forma esta quase centena de parlamentares (342-251) for tratada pelo Planalto.

Os partidos da oposição sempre souberam que não teriam votos para derrotar o relatório de Bonifácio Andrada. Por isso se pode desconfiar da sinceridade com que se empenharam para impedir a realização da votação. Para o PT, em razão de suas pretensões eleitorais, o melhor é tratar Temer como Aloysio Nunes queria tratar Dilma: deixar sangrar.

O embate teve muito de jogo de cena, de sinalização e defesa da imagem pública dos protagonistas. Para as esquerdas, interessava recuperar a imagem de oposição aguerrida e intransigente. Para o governo, além de resistir, interessava obter votação expressiva para cancelar a tese da defesa, a de que Temer seria vítima das invenções da mente criativa de Janot.

O governo pediu demais à sua base. Negar fatos evidentes, desconhecer, por exemplo, as malas recheadas com dinheiro de Geddel e de seu sucessor, Rocha Loures, pede doses cavalares de cinismo. Não por acaso, Temer se viu forçado a recorrer aos préstimos do Deputado Carlos Marun, conhecido por sua fidelidade a Eduardo Cunha.

O cargo de Temer, contudo, não foi preservado com os votos dos ruralistas e/ou do famigerado Centrão. A 'tropa de choque' deu a cara a tapa, mas a denúncia só foi engavetada porque uma parte considerável do centro e da direita contribuiu com sua presença para garantir o quórum. Obviamente, estes parlamentares sabiam que com seu voto garantiam a sobrevivência do governo. Não passaram o atestado de inocência solicitado, mas votaram contra o relatório, sabendo que a 'tropa de choque' reunida por Padilha e comandada por Marun, se encarregaria da parte mais desagradável e impopular da tarefa.

As rusgas entre o Planalto e o Presidente da Câmara dizem respeito não apenas a quem comanda esta centena de parlamentares, mas também ao tratamento que o governo lhes dispensará de agora em diante.

Quando a primeira sessão caiu, por falta de quórum, o destino de Temer ainda não estava seguro. As planilhas de Padilha emitiram os sinais de sua fragilidade. Foi neste momento que Rodrigo Maia, sugeriu o próprio, teria entrado em ação para obter o quórum. Pode ter sido jogo de cena, mas é inegável que sem a mão amiga de Maia, o caldo poderia ter entornado.

Não se sabe se Maia tem ou não o controle deste grupo, o fato é que a comparação entre a lista de presença e a de votação indica que um bom número de parlamentares não assinou o atestado de inocência exigido pela equipe de Temer. Indica, sim, que optou por dar sobrevida a seu governo. As razões para tanto podem variar do ódio ao PT à resignação, passando pela revisão do velho lema atribuído a Adhemar de Barros: "O Presidente rouba, mas faz reformas...".

Assim, não importam quais razões justificam o comportamento destes parlamentares, importa ter claro que o grupo existe e que dele dependeu --e pode voltar a depender caso novas denúncias e revelações venham a público-- a sobrevivência do governo Temer.

Rodrigo Maia, nas declarações que deu à imprensa tão logo a sessão foi encerrada, valorizou seu papel e fez questão de apontar que o governo não pode se restringir à luta pela própria sobrevivência e que, para que a economia retome fôlego, é preciso recuperar uma agenda positiva.

Henrique Meirelles, ministro da Fazenda, endossou a agenda proposta por Rodrigo Maia, com quem se reuniu no dia seguinte à votação. Na saída do encontro, suas declarações foram significativas: "Conversamos sobre os próximos passos da agenda econômica. A ideia é prosseguir normalmente. Esta é a decisão do presidente da Câmara, com a qual concordamos integralmente. A reforma da Previdência em primeiro lugar." Meirelles não se referiu ao governo e parece ter se posto sob a batuta do estadista Rodrigo Maia.

O Planalto não se pronunciou sobre a pauta proposta pela dupla Maia-Meirelles. Pelo que se depreende da leitura do Diário Oficial, Padilha e Moreira Franco estão ocupados checando suas planilhas de fidelidade, para recompensar ou punir parlamentares, conforme seu comportamento na votação. Se for esta a estratégia prioritária do governo, Temer conseguirá dupla proeza: repetir um último ano de mandato tão melancólico quanto o quinto ano do governo Sarney e dar foros de estadista a Rodrigo Maia.

Fonte: Valor Econômico

O Brasil Potencial (Monica de Bolle– 01/11/2017)

Monica de Bolle é economista, Pesquisadora do Peterson Institute for International Economics e Professora da SAIS/Johns Hopkins University

* * *

Longe de Brasília, há uma adolescente guarani que sonha em ser advogada para defender os direitos de seu povo, que ela julga não estarem sendo respeitados. Longe de Brasília, há jovens negros tentando fugir do racismo e das terríveis estatísticas sobre mortes prematuras por meio da música. Longe de Brasília, há idosos produtivos, idosos com enorme potencial e vitalidade, que veem com assombro a perspectiva de ficarem parados depois da aposentadoria. Esses são alguns retratos da realidade brasileira, da rica diversidade brasileira abordada no segundo episódio da série de Miriam Leitão sobre seu livro, História do Futuro. O programa leva a uma profunda reflexão sobre os rumos do País, sobre o que deveríamos almejar a partir do ano que vem.

Se restava alguma dúvida, a adolescente guarani, os jovens músicos do Neojiba – um dos programas prioritários do governo da Bahia –, os idosos dinâmicos de Santa Catarina e de outras partes do País revelam que o potencial do acesso às oportunidades para destravar a criatividade e a produtividade é imenso. O que falta é o princípio do acesso às oportunidades como regra, como parte integral das políticas públicas articuladas para qualquer esfera socioeconômica.

A jovem guarani tem pela frente árduo caminho para se tornar advogada, haja vista as dificuldades de acesso à educação. Os jovens do Neojiba vêm de comunidades extremamente carentes, onde a música é forma eficaz de mantê-los distantes da criminalidade, mas não é suficiente para integrá-los à sociedade. Os idosos, como bem observou um amigo, são cada vez mais jovens para se aposentar, porém velhos para trabalhar. Conhece essa realidade quem já teve de procurar emprego depois dos 60 anos (ou mesmo depois dos 45 anos): simplesmente, não há acesso ao mercado de trabalho.

Enquanto imperam essas dificuldades e obstáculos, limitamo-nos como economistas a entoar a liturgia do livre mercado, como se ele tudo resolvesse, como se as liberdades individuais e as desejadas conquistas de gente real pudessem ser resolvidas por meio da remoção de entraves criados pelo “Estado Grande”.

É evidente que o Estado inchado que temos traz mazelas e ineficiências – basta ver o último relatório do Banco Mundial sobre os obstáculos institucionais do País (o Doing Business 2018, recém-publicado). Amargamos a 125.^a posição entre 190 países, atrás do Irã, da Suazilândia, das Ilhas Salomão, de Honduras – e, sim, da Argentina. Contudo, as ineficiências do Estado inchado e de políticas que reproduzem essas ineficiências indefinidamente não significam que o mercado, sozinho, seria capaz de gerar o acesso às oportunidades de forma ampla e irrestrita.

O livre funcionamento dos mercados é condição necessária para a melhoria na alocação de recursos, mas ele precisa ser complementado por um Estado com visão moderna e realista a respeito dos problemas enfrentados pela sociedade brasileira. Entre os candidatos às eleições de 2018, entre novos partidos e velhos conhecidos, nada vi sobre essas questões.

Preocupados estão os mercados e os economistas com a continuidade das reformas, mas pouca reflexão existe sobre nosso problema de fundo, o acesso às oportunidades. A reforma trabalhista, necessária e importante, não resolverá o problema dos idosos, da falta de oportunidade no mercado de trabalho para parcela da população que tende a crescer vigorosamente nos próximos anos. A reforma da Previdência – caso seja em algum momento aprovada em sua forma original, não no amontoado diluído pelo governo Temer – poderá abrir espaço nas contas públicas para iniciativas que ajudem os jovens de origens diversas a integrar-se à economia. Mas, para isso, será preciso direcionar intencionalmente os recursos para tal finalidade.

Aguardo, não sem alguma aflição, o surgimento de alguém que faça da plataforma de acesso uma narrativa de campanha com propostas e substância. Gente para ajudar é o que não falta, como escrevi na semana passada sobre o Movimento Agora! e outras iniciativas que buscam não apenas a renovação, mas, sobretudo, a inovação.

Fonte: Estadão